

REPRESSÃO VS EXPRESSÃO: CENSURA ÀS ARTES E PERIÓDICOS

ANA CABRERA

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO MEDIA E JORNALISMO (CIMJ – FCSH/UNL).

INVESTIGADORA E COORDENADORA DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO “CENSURA AO CINEMA E AO TEATRO. ANTES, DURANTE E DEPOIS DO 25 DE ABRIL”, FINANCIADO PELA FCT

O conhecimento, o aprofundamento e a problematização da censura praticada durante as ditaduras ganharam, na atualidade, uma centralidade provavelmente inesperada. Vários fatores, que se alinham num passado próximo, convergem para esta situação. O fim da guerra fria, a queda do muro de Berlim e o fim das ditaduras criaram condições de disponibilização de informações. A abertura de arquivos e o desenvolvimento de estudos académicos propiciaram a difusão de informação e o debate sobre os diversos modelos e métodos repressivos, em particular a censura.

Este assunto ganhou também relevância na atualidade, não como herança de um património comum às ditaduras, mas enquanto ocorrência que ganhou visibilidade nos meios de comunicação e que, de fato, põe em causa a livre expressão do pensamento.

Estudos sobre teoria e comunicação política salientam que se tem vindo a instalar, desde 2008, na Europa e na América, uma crise de suspeição em relação à política e à democracia.

A situação manifesta-se através de um sentimento de inutilidade face às eleições, que não alteram significativamente as situações. Os protagonistas – os partidos políticos – apresentam discursos semelhantes e, uma vez no poder, a ação discursiva e a praxis política afastam-se em sentidos opostos. O cidadão não confia nos políticos e considera que eles mentem ou fogem às responsabilidades. Servem-se com trivialidade do cinismo e recorrem a estratégias mediáticas encenadas que resultam na manipulação dos cidadãos. Além do mais, a globalização, que entrou num processo de aceleração nos últimos vinte anos, promoveu a concentração de capitais à escala mundial, deslocando as decisões da esfera da política para as oligarquias financeiras transnacionais. É a finança que comanda, orienta e controla a política (Rawnsley, 2005; Ginsborg, 2008).

Por isso, a comunicação política é central no processo democrático, já que providencia um canal de diálogo vertical entre eleitos e eleitores. A comunicação política estrutura a participação e competição que caracterizam a democracia.

Ninguém tem acesso ao que se passa no mundo por iniciativa própria, como notava Luhmann; tudo o que sabemos da sociedade e do mundo em que vivemos sabemos-lo pelos meios de comunicação. No entanto, também o jornalismo está em crise.

As “boas práticas jornalísticas” cedem lugar a noticiários fraturados, especulativos, informação *light*, demanda de conteúdos mais apelativos e, portanto, mais comerciais. Simultaneamente, as empresas de media procuram otimizar os seus recursos humanos, através da produção de conteúdos para vários meios de informação do grupo. Optam também pela produção de formatos de e para exportação. O público passa a ser encarado não como cidadão mas como consumidor.

Esta conjuntura é, portanto, favorável ao aparecimento de atos censórios, uns baseados na intolerância ou no fundamentalismo de ideologias ou religiões, outros sustentados pela necessidade de

evitar que chegue ao público o conhecimento de situações perturbadoras, outras ainda ancoradas no receio de que a divulgação da verdadeira realidade dos fatos cause o pânico entre os cidadãos. Em todos os casos há, em comum, o temor do impacto, da reação e da ação dos públicos indignados – o medo caminha a par com a censura –, o medo de não conseguir controlar, dominar, fazer predominar, convencer e persuadir acerca de uma determinada visão do mundo ou ação política. Nas democracias, a censura manifesta-se como um sinal de fraqueza que potencia a necessidade de controlo. No caso das ditaduras, a censura sustenta um pensamento hegemónico que se torna mais poderoso e castrante quando sustentado e fundamentado numa qualquer religião. Aqui, há um verdadeiro casamento entre o poder e a religião o que torna a ação política mais coerciva.

O poder é um processo fundamental na sociedade, organizado em torno de valores e instituições que se alicerçam nas relações de força. Por isso, ter poder significa estar em posse de uma capacidade relacional em que o ator político tenha capacidade de influenciar outros atores de forma a fazer vingar as suas posições (Castells, 2011).

Uma relação de poder baseada no uso da violência implica que o sujeito que detém o poder para o manter tenha necessidade de destruir a capacidade relacional dos resistentes e oposicionistas para, em seu lugar, construir um mecanismo de dominação que englobe diversos instrumentos de poder. Nesta situação, poder político e Estado confundem-se e o instrumento decisivo para manter o domínio é a violência (Castells, 2011).

Michel Foucault, no “Prefácio” ao *Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia* de Gilles Deleuze e Feliz Guattari, sublinha que este livro levanta um conjunto de questões onde pontua uma preocupação maior com o “como” do que com o “porquê”. A obra “apoia-se em noções abstratas de multiplicidades, de fluxos, de dispositivos e de alternativas, a análise da relação do desejo com a realidade e com a “máquina” capitalista traz respostas às questões concretas: Como se introduz o desejo no pensamento, no discurso e na ação? Como pode o desejo empregar as suas forças na esfera política e identificar-se no processo de mudança da ordem estabelecida?”. O *Anti-Édipo* “confronta-se com três adversários principais entre os quais “o inimigo maior, o adversário estratégico – é o fascismo. E não apenas o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas – mas também o fascismo que está em todos nós, nas nossas cabeças e nos comportamentos quotidianos, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar a mesma coisa que nos domina e nos explora” (Foucault, 1972/ 1983: XII-XIII).

A vivência destas experiências é profundamente marcante para o ser humano e contamina várias gerações, como aconteceu em Portugal, onde aos cerca de 300 anos de domínio da Inquisição se seguem os recentes 40 anos de ditadura.

O Estado Novo em Portugal (1933-1974) mantem-se suportado por um conjunto de instrumentos de controlo social como a PIDE, a Censura, os Sindicatos Nacionais, o Estatuto Nacional do Trabalho, a organização corporativa patronal (Grémios, Casas do Povo), organizações de enquadramento da juventude (Mocidade Portuguesa), e organizações de enquadramento das mulheres (a Obra das Mães pela Educação Nacional e o Movimento Nacional Feminino), entre outras. Com estas medidas, o Estado domina todos os organismos e reforça, como nota Rosas (1996: 317) “a capacidade de estruturar arbitrariamente os equilíbrios fundamentais entre as elites políticas e interesses dominantes mas contraditórios entre si”.

Sem a construção de um poderoso edifício repressivo não teria sido possível a sobrevivência de uma das mais longas ditaduras europeias. Duas instituições constituíram os pilares do regime: a PIDE, que dispunha de organização repressiva dedicada à inventariação, perseguição e prisão dos oposicionistas e que recorria à tortura para extorquir confissões, ou à morte para silenciar pessoas indesejáveis; e a censura.

A censura constituiu um importante suporte do regime porque silenciava sem matar, retirava a palavra, impedia a circulação de ideias e, ao mesmo tempo, abria espaço à propaganda oficial e inculcava uma visão do mundo e da vida filtrada pelos olhos e ouvidos dos censores.

A censura teve efeitos profundos no tecido cultural, na formação, no pensamento e no agir dos portugueses. Mas, sobretudo, a censura mutilou a criatividade e destruiu a diversidade. Durante a época de Salazar e Caetano são impostos modelos, protótipos e estereótipos como valores únicos, que estão presentes na vida pública e privada, nas empresas e no Estado. São também criadas estruturas estatais que zelam para que não haja desvios, nem contaminação de ideias perniciosas para o regime. Portanto, esta ditadura destruiu intencionalmente a diversidade que nunca poderá ser reposta pela memória. Trata-se de uma perda definitiva. Aqueles a quem foi sonogada a liberdade de expressão e a criatividade à época, não terão segunda oportunidade. Há uma participação criativa que só ali, naquele momento e em nenhum outro, podia fazer sentido.

O assunto central da Revista *Media & Jornalismo* n.º 23 é a censura nas ditaduras e nas democracias. Os artigos que constituem este volume centram-se em três temáticas: a censura à imprensa, ao teatro e ao cinema. Estes três temas são abordados sob diversas perspectivas. Temporalmente, os textos situam-se entre 1933 e a atualidade. Percorrem diversos momentos do Estado Novo, abordam questões relacionadas com o PREC em Portugal e chegam a assuntos e temáticas da atualidade que foram objeto de censura. Mapeando a origem dos artigos temos obras de diversos países e universidades: Portugal, Espanha, Brasil e Polónia.

Mayra Rodrigues Gomes e Ivan Paganotti em *Censorship beyond classification: the Brazilian reception of A Serbian Film* avaliam a classificação etária de “A Serbian Film”, um recente e polémico processo no cenário brasileiro devido à recusa do Ministério da Justiça em proibir a exibição do filme.

Censura na actualidade e novas formas de controlo ideológico, de Leonor Areal, é um ensaio que parte do estudo da atuação da Censura aos Espectáculos durante o Estado Novo português, analisa os seus objectivos e métodos e compara-os com as práticas nos atuais meios de comunicação social em Portugal. Problematiza, igualmente, o recente desenvolvimento da Internet e termina questionando como podemos combater a censura quando ela se torna global.

Em o *Jornalismo sobre música e gatekeeping: o caso da MPB no semanário Se7e*, Pedro Belchior Nunes e Carlos Cavallini analisam a cobertura da Música Popular Brasileira (MPB) no semanário de espetáculos “Se7e”, tomando como referente principal o conceito de “gatekeeping”. Concluem que os jornalistas desempenharam um papel fundamental de “gatekeeping do gosto”, através de uma linha editorial e de um discurso jornalístico, ideológico e, por vezes, emotivo de valorização da MPB.

Joaquim Cardoso Gomes, em *Os censores do 25 de Abril – o pessoal político da censura à imprensa*, analisa não só as estratégias de recrutamento, a estrutura interna e os procedimentos dos censores durante o Estado Novo, como lhes confere um rosto identificando-os com as suas práticas.

Censura nunca mais? Estudos de caso durante o PREC é um artigo de Maria do Carmo Piçarra e Paulo Cunha que analisa a atuação da Comissão *Ad Hoc*, criada para “evitar o uso indevido de uma liberdade que tem de ser responsável”, perante dois filmes que viram a sua estreia ser adiada: “Sambizanga”, de Sarah Maldoror, e “Saló ou os 120 dias de Sodoma”, de Pasolini. Uma obra de militância anticolonial, no primeiro caso; uma reflexão violentíssima sobre o fascismo e a sua natureza repressora, no segundo. Estes estudos de caso ilustram o que José Gil chamou “o medo de existir”?

Pedro Marques Gomes escreve sobre *O Jornal Novo, a Revolução e a Liberdade de Imprensa* e analisa o contexto político em que surgiu este diário. As particularidades e objetivos editoriais

deste periódico propiciaram a criação de um espaço de oposição ao controlo dos media, num momento em que esse procedimento era habitual.

Em *Meios de censura e formas de condicionamento do jornalismo na ditadura portuguesa*, Helena Lima defende que o regime ditatorial português impediu o processo de amadurecimento que é fundamental na consolidação da cidadania, uma vez que a imprensa não cumpriu essa função mediadora essencial. Este estudo aborda a relação entre censura e jornalismo, o enquadramento legislativo da ditadura e a sua evolução diacrónica, e reflexos da ação dos censores nos jornais do Porto.

Orlando César apresenta um estudo sobre *A ordem informativa do salazarismo e o agir jornalístico do Notícias da Amadora*. A análise dos textos censurados e demais documentação evidencia uma ação política e comunicacional marcada pela inscrição de temas no espaço público e conclui que o “Notícias da Amadora” se assumiu como um jornal de oposição ao salazarismo.

Propaganda e controlo mediático no primeiro salazarismo: a complementaridade de atuação entre o SPN e o aparelho censório de José Guilherme Victorino, num trabalho que se situa entre 1930 e 1940, defende que a censura prévia constituiu, durante o Estado Novo, uma das maiores arbitrariedades do sistema repressivo do regime. Mas esse organismo funcionou para lá da sua esfera própria, articulando-se com outros instrumentos de condicionamento da opinião, nomeadamente com o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), a partir do momento em que este foi criado.

No seu artigo, Antonio Iglesias Mira explica como o espetáculo “Castelao e a sua época” foi criado e encenado pelo catalão Ricard Salvat para o CITAC (Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra). Proibido pela censura, o seu encenador foi também expulso do país, numa operação contra o teatro universitário. Em *Castelao e a sua época, o diálogo que a PIDE nos roubou*, o autor aborda o contexto da crise académica de 1969 e é seu propósito recuperar a memória da peça referida.

Propaganda y literatura religiosa en España (1936-1939) é um artigo de Antonio César Moreno Cantano que se situa durante a Guerra Civil Espanhola. A problemática religiosa manteve-se no centro da contenda e foi um argumento esgrimido por Aliados e Eixo, através da produção de textos e panfletos. Neste trabalho apresenta-se uma análise dos textos religiosos, com finalidades políticas, editados pela Espanha franquista, republicana, pela Alemanha nazi, Inglaterra e França.

Ana Bela Morais, em *O que quase se perdeu - reflexões sobre Censura: alguns cortes, de Manuel Mozos*, apresenta um estudo do documentário “Censura: alguns cortes” (1999), que completou com a análise dos processos de censura aos filmes presentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O seu objetivo é refletir sobre os meandros desta realização partindo sempre da relação com a cinematografia do realizador. O seu texto é orientado por diversas questões, entre elas a de saber qual a relação que estes pedaços de filmes estabelecem com o passado e a memória.

Em *The Frightful Stage and Theatre Translations in Salazar's Portugal*, Zsofi Gombar examina e compara os diferentes métodos de censura nas peças traduzidas. A tradução das peças teatrais estava igualmente sujeita a um severo controlo da ditadura dos palcos. Os procedimentos de censura divergiam muito, consoante o texto teatral se destinasse à publicação ou a ser levado a cena. Através de uma análise detalhada das obras de Shakespeare, este artigo propõe-se explicar e apresentar exemplos representativos da natureza conflitual das práticas de censura no Estado Novo em Portugal.

Bibliografia

- Cabrera, Ana (2006), *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte
- Cabrera, Ana (2013), Censura e estratégias censurantes na sociedade contemporânea. In *Censura nunca mais. A censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*, ed. Ana Cabrera, Lisboa: Alêtheia Editores
- Castells, Manuel (2011), *Comunicación y poder*, Madrid: Alianza Editorial
- Charaudeau, Patrick (2006), *Discurso Político*, S. Paulo: Editora Contexto
- Costa, Cristina Castilho (2010), *Teatro e Censura – Vargas e Salazar*, São Paulo: Editoria da Universidade de S. Paulo
- Ferin, Isabel (2008), Fiction searching for identity. In *Global markets, local stories. OBITEL year Book 2008*, ed. M. Immacolata Vilches, S. Paulo: Editora Globo
- Foucault, Michel (1972/1983), Preface. In *Anti-Oedipus Capitalism and Schizophrenia*, Gilles Deleuze and Félix Guattari, Minneapolis: University of Minnesota Press. <http://1000littlehammers.files.wordpress.com/2010/02/anti-oedipus-fixed.pdf> (consultado em 22.6.2013)
- Ginsborg, P. (2008), *Democracy: Crisis and Renewal*, London: Profile Books
- Gunther, Richard e Rui Cabral (2002), A democracia portuguesa em perspetiva comparada, *Análise Social*, vol. 37, n.º 162: 91-119
- Innerarity, Daniel, (2010), *O Novo Espaço Público*, Lisboa: Edições Teorema
- Magone, José (1998), A integração europeia e a construção da democracia portuguesa, *Pennélope*, n.º18: 123-163
- Maxwell, Kenneth (1995), *The Making of Portuguese Democracy*, Cambridge: Cambridge University Press
- Pinto, António Costa (2008), O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do séc. XX. In *O Corporativismo em Português Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, eds. Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 24-49
- Rawnsley, G. D. (2005), *Political Communication and Democracy*, HoundMills: Palgrave Macmillan
- Rezola, Maria Inácia (2006), *Os Militares na Revolução de Abril*, Lisboa: Campo da Comunicação
- Rosas, Fernando (1996), Estado Novo. In *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Bertrand, vol. I, 315-319
- Santos, Graça (2004), *O Espectáculo Desvirtuado*, Lisboa: Editorial Caminho